

Agência e Estrutura em Sistemas Internacionais: a ontologia do Realismo Científico e suas implicações para uma agenda de pesquisa

Agency and Structure in International Systems: the ontology of Scientific Realism and its implications for a research agenda

PEDRO TXAI BRANCHER¹

Resumo: O artigo se insere no debate acerca do problema agente-estrutura nas Relações Internacionais. Considera-se que toda investigação social precisa desenvolver ou incorporar pressupostos ontológicos acerca dessa questão, pois ela precede logicamente definições epistemológicas e metodológicas. Especificamente ao campo das Relações Internacionais, o problema agente-estrutura se refere à definição dos componentes e da dinâmica de funcionamento de Sistemas Internacionais (SI). Assim, na primeira seção, analisa-se as controvérsias e as lacunas teóricas de três repostas para o problema agente-estrutura que influenciaram o debate teórico nas RI: individualismo, estruturalismo e estruturação. A segunda seção discute a perspectiva ontológica proposta pelo Realismo Científico. Argumenta-se que ela constitui uma heurística profícua para o desenvolvimento de um programa de pesquisa que conceba agentes e estruturas como entidades autônomas e inter-relacionadas temporalmente. Por fim, nas considerações finais, sintetiza-se os argumentos desenvolvidos, aponta-se implicações teóricas da abordagem sugerida e indica-se alternativas para a continuidade da agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais; Agente-Estrutura; Realismo Científico.

Abstract: The article is part of the debate on the agent-structure problem in International Relations. It is considered that any social research must develop or incorporate ontological presuppositions about this question, since it logically precedes epistemological and methodological definitions. Specifically to the field of International Relations, the agent-structure problem refers to the definition of the components and the dynamics of operation of International Systems (IS). Thus, in the first section, we analyze the controversies and theoretical gaps of three responses to the agent-structure problem that influenced the theoretical debate in IR: individualism, structuralism and structuring. The second section discusses the ontological perspective proposed by Scientific Realism. It is argued that it constitutes a useful heuristic for the development of a research program that devises agents and structures as autonomous and temporally interrelated entities. Finally, in the final considerations, the arguments developed are summarized, theoretical implications of the suggested approach are indicated, and alternatives are indicated for the continuity of the research agenda.

Keywords: International Relations Theory; Agent-Structure; Scientific Realism.

Recebido em:
19 de Dezembro de 2018

Received on:
December 19, 2018

Aceito em:
31 de Janeiro de 2019

Accepted on:
January 31, 2019

DOI: 10.12957/rmi.2018.39008

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. **Endereço para correspondência:** Rua da Matriz, 82, Botafogo, CEP: 22260-143, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Email:** Pedro.txai@gmail.com. **ORCID:** 0000-0002-3514-4288

Introdução

O presente artigo se insere em uma agenda de pesquisa que discute o problema agente e estrutura nas Teorias de Relações Internacionais (Cepik e Brancher, 2017). Considera-se que toda investigação precisa desenvolver ou incorporar pressupostos acerca dessa questão ontológica, na medida em que ela precede logicamente definições epistemológicas e metodológicas. Isso porque, nas palavras de Colin Hay (2006, p. 84, tradução nossa):

Nós não podemos saber o que somos capazes de conhecer (epistemologia) até que tenhamos definido (uma série de pressupostos sobre) a natureza e o contexto no qual esse conhecimento deve ser adquirido (ontologia). De mesmo modo, nós não podemos decidir sobre estratégias apropriadas de se interrogar processos políticos (metodologia) até que tenhamos definido os limites da nossa capacidade de conhecer tais processos (epistemologia) e, de fato, a natureza desses próprios processos.

No âmbito das Relações Internacionais, o problema agente-estrutura se refere à definição dos componentes e da dinâmica de funcionamento de Sistemas Internacionais (SI). No entanto, conforme sintetizam, Buzan Jones e Little: “a tarefa de resolver o problema agente-estrutura é complicada no nível internacional, pois os agentes não são apenas indivíduos, mas também

instituições” (Buzan, Jones e Little 1993, p. 61, tradução nossa). Logo, embora haja relativo consenso teórico acerca da funcionalidade analítica do conceito de SI, nota-se que as discrepâncias sobre a ontologia desses sistemas fundamentam abordagens epistemológicas e teóricas de programas de pesquisa distintos.

Previamente, o autor abordou o problema agente-estrutura por meio da aproximação da obra de Kenneth Waltz com a literatura de Estudos Estratégicos e Sociologia Histórica (Cepik e Brancher, 2017). Nesse caso, propôs-se um modelo analítico sobre os mecanismos causais que conectam a evolução da estrutura dos Sistemas Políticos Internacionais (SPI)²-

² É importante ressaltar que se entende “sistemas” como os modelos lógicos que representam entidades formadas por conjuntos de elementos em interação (Bertuglia e Vaio, 2005). Logo, a definição ontológica de um sistema trata dos “critérios de distinção que assinalam aquilo de que falamos e especifica suas propriedades como ente, unidade ou objeto” (Maturana e Varela 2005, p. 47). Contudo, defini-los ontologicamente não implica argumentar que a realidade física e social *seja* um sistema de fato. Em outras palavras, a validade analítica da instanciação e operacionalização de tais modelos será sempre sujeita a condições empíricas. Conforme argumenta Reis (1997, p. 19, grifo nosso): “Se essas condições se observam ou não, de maneira a podermos descrever as sociedades que estudamos a partir daqueles modelos, ou ainda se o sistema tal como o definimos descreve adequadamente o conjunto de fenômenos que pretendemos analisar, são questões empíricas, que ora responderemos afirmativamente, ora negativamente. *Mas podemos perfeitamente, em bases puramente lógico-analíticas, discutir se tais ou tais condições são mesmo ou não necessárias à reprodução de um sistema tal como definido em determinada obra.*”

formados pelas interações³ que envolvem o uso (ou ameaça do uso) da força entre estados⁴ - com as dinâmicas sócio-políticas que ocorrem no nível nacional. Argumentou-se que o princípio da anarquia proposto por Waltz (1979) não implicaria necessariamente na formação de balanças de poder, mas sim habilitaria a emergência de tendências concorrentes e múltiplas trajetórias possíveis para os SPI. Com isso, objetivou-se compatibilizar o modelo waltziano com uma perspectiva epistemológica que reconheça a contingência, não-linearidade e indeterminação intrínseca aos sistemas sociais.

Neste artigo, o objetivo será discutir os pressupostos ontológicos acerca da relação agente-estrutura que balizaram o modelo analítico desenvolvido. Assim, na primeira seção, analisa-se as controvérsias e as lacunas teóricas de três repostas para o problema agente-estrutura que influenciaram o debate

teórico nas Relações Internacionais: individualismo, estruturalismo e estruturação. A segunda seção discute a perspectiva ontológica proposta pelo Realismo Científico. Argumenta-se que as categorias propostas por essa abordagem fornecem uma heurística profícua para construção de uma agenda de pesquisa conceba agentes e estruturas como entidades autônomas e inter-relacionadas temporalmente. Por fim, nas considerações finais, sintetiza-se os argumentos desenvolvidos, aponta-se implicações teóricas da abordagem sugerida e indica-se caminhos para a continuidade da agenda de pesquisa.

O Problema Agente Estrutura: Controvérsias e Influências nas Teorias de Relações Internacionais

De acordo com Margaret Archer (1996) e Bear Braumoller (2012), as explicações propostas pelos cientistas sociais para a questão agente-estrutura residem entre dois extremos. O primeiro se vincula ao *individualismo metodológico*, o qual considera os indivíduos como as unidades fundamentais da realidade social (Tilly e Goodin, 2006). Isto é, atribui-se primazia ontológica aos agentes em detrimento do todo. Desse modo, as estruturas dos sistemas são consideradas epifenômenos do comportamento das unidades e, conseqüentemente, não

³ Por interação, entende-se o conjunto de relações que torna as partes de um sistema interdependentes entre si.

⁴ Os termos organizações políticas, unidades, estados e agentes serão utilizados como sinônimos dos componentes dos sistemas políticos internacionais. Ademais, referir-se-á a estados com "e" minúsculo quando se estiver tratando de organizações políticas que exercem ou visam exercer o controle dos meios de força em determinado território. Nesse sentido, o termo pode representar Impérios, cidades-Estado, ligas de cidade, reinos, etc. O termo Estado com o "E" maiúsculo será utilizado quando se referir às organizações políticas formadas após o fim do desmantelamento da ordem feudal na Europa Ocidental. Ou seja, aos Estados Nacionais que se constituem como a organização política predominante em todos os continentes na atualidade.

exercem efeitos causais. O argumento de que o sistema internacional seria pacífico caso todos os estados possuíssem sistemas políticos democráticos é exemplo da influência dessa perspectiva no âmbito das Teorias de Relações Internacionais (Ray, 1997).

Considera-se que a imprecisão dessa abordagem reside no pressuposto de que o comportamento agregado do sistema é igual à soma dos atributos e comportamentos das unidades. Essa premissa somente é válida em modelos teóricos nos quais relações de causalidade direta expliquem a totalidade dos efeitos produzidos pelas interações entre os agentes (Vasconcellos 2013, p.67). Contudo, em sistemas permeáveis ao ambiente externo e compostos por reiteradas interações entre muitos agentes, isolar relações causais entre pares de variáveis é extremamente complicado (Bertuglia e Vaio, 2005). Nesses casos, em função da interconexão entre suas unidades, pequenas alterações podem desencadear grandes e inesperadas consequências. Logo, embora seja possível discernir ontologicamente as partes de qualquer sistema, a natureza do todo será sempre diferente da mera soma de suas partes.

Assim, concorda-se com a afirmação de Waltz (1979, p. 64) de que a dinâmica da política internacional não pode ser

inferida a partir dos atributos internos dos estados. Ou seja, na medida em que sistemas políticos internacionais são sistemas sociais abertos, a interação entre os agentes, estrutura e variáveis exógenas resultam em padrões agregados irreduzíveis à soma das partes, bem como em processos evolutivos não lineares. Logo, ainda que não sejam caóticos, sua lógica de funcionamento não pode ser explicada de maneira reducionista⁵ e sua evolução não é determinística⁶. Isto é, são sistemas que não podem ser interpretados por modelos nomológicos, mas que não são totalmente aleatórios, e, portanto, a compreensão de seus mecanismos de funcionamento é inteligível.

⁵ De acordo com Jaccard e Jacoby (2008, p. 69, tradução nossa), reducionismo significa: “a tentativa de os cientistas identificar, separar ou reduzir a natureza nos seus componentes menores”. É importante salientar que, na medida que modelos teóricos são simplificações da realidade, eles necessariamente realizarão reducionismos. O que se critica é o não reconhecimento de que tanto estruturas quanto agentes são entidades relevantes e que exercem efeitos no processo evolutivo dos sistemas sociais.

⁶ Por determinismo, entende-se o pressuposto de que a trajetória de evolução do sistema é regida por leis invariáveis e determinada por suas condições iniciais. Decorre desse pressuposto a noção epistemológica de que “se conhecermos os princípios que regem a evolução da trajetória e se conseguirmos caracterizar bem o estado inicial do sistema, poderemos prever com segurança sua evolução” (Vasconcellos 2013, p.86).

O extremo oposto consiste na perspectiva ontológica do *estruturalismo* que atribui maior peso causal para a estrutura do sistema como determinante de seu funcionamento (Jaccard e Jacoby, 2008). Nesse caso, padrões de ordem que emergem de maneira descentralizada e não intencional formariam o nível estrutural. Este, por sua vez, constrangeria, incentivaría e selecionaria os comportamentos dos agentes. Logo, “assume-se que os seres humanos estão presos em estruturas sociais que eles não criaram e que não possuem controle” (Buzan, Jones e Little 1993, p.103, tradução nossa). Deriva-se desse pressuposto que a ação individual possui baixa capacidade de interferência na trajetória evolutiva sistema, pois seu resultado depende fundamentalmente de sua adequação aos mecanismos de seleção derivados da estrutura social em que se insere.

Apesar de que seus pressupostos não tenham sido assimilados totalmente, essa perspectiva influenciou as Teorias das Relações Internacionais por meio do programa de pesquisa neorrealista (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2000; Layne, 2012), sendo também incorporada pela agenda do neoliberalismo institucional (Krasner,

1982; Keohane e Martin, 1995)⁷. Ambos pressupõem que os agentes dos sistemas políticos internacionais interagem em uma estrutura anárquica (não há autoridade superior) que tende a se reproduzir ao longo do tempo. Embora as unidades possuam capacidade agencial, comportamentos que não se adequem à disposição relativa da unidade na distribuição de poder no sistema (polaridade) tenderão a ser penalizados. Desse modo, o principal objetivo estratégico dos estados seria compreender adequadamente os incentivos estruturais para sobreviver ou maximizar sua posição na distribuição de poder de um sistema de interações dotado de uma estrutura invariavelmente anárquica.

Nesse sentido, concorda-se que o princípio da anarquia é elemento fundamental na definição ontológica dos sistemas políticos internacionais. No entanto, argumenta-se que não há uma lei de ferro que garanta a reprodução dessa estrutura (Wohlforth, Little e Kaufman, 2007). Ou seja, a insuficiência do modelo neorrealista consiste na interpretação nomológica do mecanismo da balança de poder, não da conceituação do princípio de ordem do

⁷ O neoliberalismo institucional se difere do neorealismo por considerar que as instituições internacionais poderiam mitigar os efeitos da anarquia e alterar determinadas preferências dos Estados. Ver Krasner (1982) e Keohane & Martin (1995).

sistema. De fato, argumenta-se que as interações estratégicas entre organizações políticas em um sistema anárquico podem originar mecanismos que incentivem a concentração de poder e transformem o princípio de ordem do sistema. Assim, os agentes possuiriam capacidades de influenciar o processo evolutivo da estrutura; e, portanto, a própria continuidade da existência dos sistemas internacionais se torna dependente de contingências históricas (Cepik e Brancher, 2017).

Por sua vez, a *Teoria da Estruturação* desenvolvida por Giddens (1979) e introduzida nas Teorias de Relações Internacionais por Wendt (1987; 1999) se apresentou como alternativa aos dois extremos. Nesse caso, pressupõe-se que estruturas e agentes são entidades inseparáveis e mutuamente constituídas durante os processos interacionais. A implicação dessa suposição é a de que a política internacional não apresentaria necessariamente uma estrutura competitiva. Ou seja, “se os estados estão em sistema de autoajuda é porque suas práticas o criaram” (Wendt 1992, p.407, tradução nossa). Logo, agentes não apenas seriam pressionados pela estrutura que emerge no nível agregado, mas também seriam capazes de transformar a natureza de tais constrangimentos mediante reiteradas interações.

Apesar de concordarem com o pressuposto de que a ação das unidades exerce efeitos sobre as características da estrutura, Archer (1996) e Friedman e Starr (1997) criticam a perspectiva da Estruturação. Segundo eles, os autores dessa corrente recorrem à confluência. Isto é, percebem agentes e estruturas como entidades ontologicamente inextrincáveis, o que lhes retira a autonomia conceitual, e esgota a possibilidade de identificação de relações causais entre elas.

Alexander Wendt (1987, p. 359, tradução nossa), por exemplo, afirma que: “estruturas são ontologicamente dependentes e constituídas pelas práticas e entendimentos dos agentes, os poderes causais e interesses desses agentes, por sua vez, são constituídos e, portanto, explicados pela estrutura”. Assim, nota-se que a distinção conceitual entre agente e estrutura perde seu valor analítico, na medida em que ambos representam apenas elementos distintos da mesma entidade.

A Perspectiva Ontológica do Realismo Científico e as Relações Internacionais

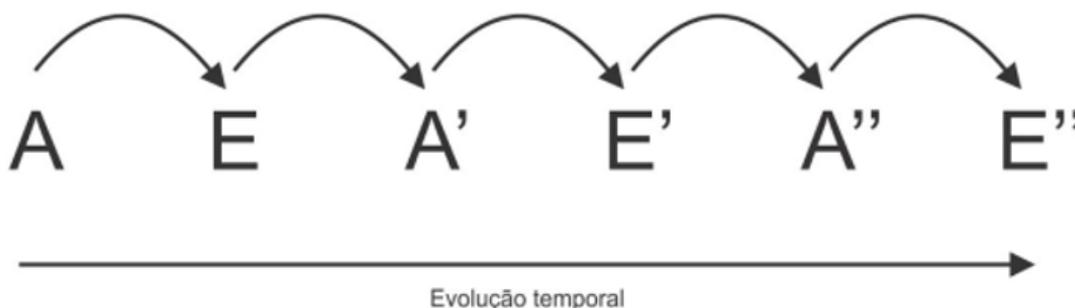
A corrente autodenominada **realismo científico**, cujo principal expoente é Roy Bhaskar (2008), propõe uma resposta alternativa ao problema agente-estrutura. Nesse caso, argumenta-se que a realidade se apresenta de maneira

estratificada, e níveis de complexidade irreduzíveis, porém inter-relacionados, se justapõem. Em cada nível emergem padrões de ordem e mecanismos causais reais, mesmo que não necessariamente observáveis empiricamente (Abbot 2006, p. 21). Por conta disso, concebe-se que agentes e estruturas são entidades irreduzíveis, porém em constante interação ao longo de seus respectivos processos evolutivos. Conforme salienta Archer, (1996, p. 686, tradução nossa):

Ao invés de uma realidade unidimensional que se revela pelos nossos sentidos por meio de dados brutos, falar em emergência implica um mundo social estratificado que inclui entidades não observáveis, onde as tentativas de redução aos seus constituintes elementais não faz sentido, dado que as propriedades relacionais pertencentes a cada estrato são reais, isto é, não há sentido em se discutir se algo (como água) é mais real do que algo (como hidrogênio e oxigênio), e que a regressão como meio para determinar os constituintes últimos é uma distração desnecessária na teoria social e de qualquer outro tipo.

Desse modo, objetiva-se manter a autonomia conceitual entre ambas as entidades para que os efeitos de uma sobre a outra sejam discerníveis. Para tanto, salienta-se que os elementos que definem ontologicamente os agentes não podem determinar ao mesmo tempo a estrutura (Friedman e Starr, 1997). Ademais, delimitar a temporalidade da relação entre as duas entidades se torna fundamental. Agentes e estrutura seriam inter-relacionados, porém produziriam efeitos causais em momentos distintos. Logo, a importância das trajetórias históricas específicas é imprescindível, já que: “a explicação dos fenômenos sociais precisam dividir a dinâmica da relação agência estrutura em algum ponto do tempo e espaço” (Friedman e Starr 1997, p. 25, tradução nossa). A Figura 1 abaixo ilustra o argumento. As letras (A, A', E, E') representam respectivamente agente e estrutura em momentos distintos, e as flechas, os mecanismos causais presentes em seus processos de interação.

Figura 1 – Modelo da Relação Agente–Estrutura de acordo com o Realismo Científico

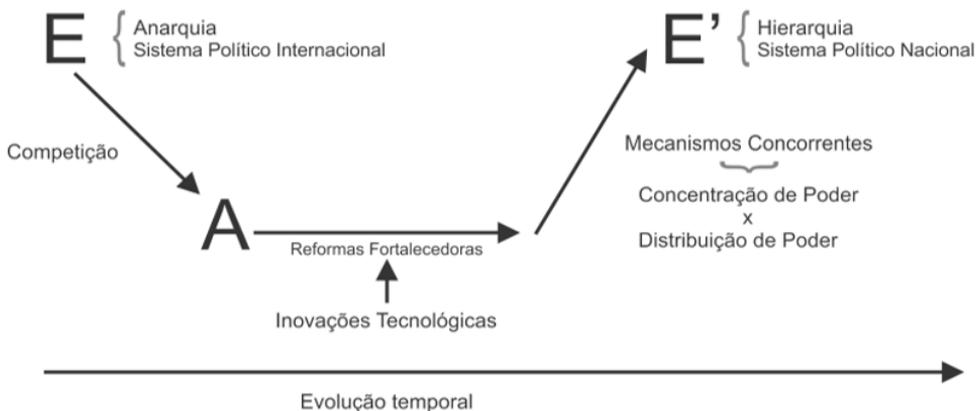


Considera-se que a combinação entre o pressuposto da anarquia do modelo waltziano e a perspectiva ontológica presente no realismo científico fornece uma heurística adequada para avaliação dos efeitos que a competição internacional exerce sobre a evolução da estrutura dos sistemas políticos internacionais e de seus agentes. Isso porque, ao congrega a irredutibilidade de agente–estrutura, bem como a dimensão temporal na lógica explicativa, pode-se avaliar-se a relação entre agentes e estruturas sem recorrer aos reducionismos — do individualismo metodológico (baixo para cima) e do estruturalismo (cima para baixo) — ou à confluência da Teoria da Estruturação (Archer, 1996).

A abordagem do Realismo Científico está presente na obra de Victoria Tin-

Bor Hui sobre o processo de formação do Império Qin na China no período 656–221 a.C. Segundo ela, o ambiente anárquico incentivou os reinos chineses a transformarem suas instituições e mobilizarem recursos para enfrentarem as guerras. Por conta disso, foram criados não só exércitos maiores, mas também uma rede de organizações administrativas, fiscais e de policiamento. Por sua vez, o reino que melhor realizou reformas fortalecedoras, apropriou-se de inovações tecnológicas e utilizou estratégias que se aproveitaram dos problemas de ação coletiva inerentes às alianças balanceadoras dominou as demais unidades e superou a estrutura anárquica do sistema (Hui 2005, p. 38). A Figura 2 abaixo resume a evolução da relação agente–estrutura no processo de expansão do Reino Qin no modelo proposto por Victoria Tin Bor-Hui.

Figura 2 – Modelo da Evolução da Relação Agente–Estrutura no Processo de Expansão do Reino Qin



Em um primeiro momento, a estrutura anárquica do sistema (E) induziu à competição e incentivou comportamentos similares entre suas unidades. Em seguida, a combinação entre variáveis exógenas (inovação e difusão tecnológica) com respostas agenciais de um agente específico (reformas fortalecedoras) alteraram a distribuição de capacidades no sistema e tornaram a conquista e a administração dos territórios dominados menos custosa. Por fim, as interações, exemplificadas pelo embate entre as estratégias anti balanceamento com a resistência coletiva desorganizada dos demais reinos, favoreceram a tendência de concentração de força e resultaram no aumento da especialização funcional do sistema (E’). Logo, tanto devido a elementos estruturais quanto agenciais, torna-se inteligível o processo histórico de transformação de um sistema político internacional em um sistema político nacional.

Conclusão

O artigo discutiu o problema agente–estrutura no âmbito teórico das Relações Internacionais. Argumentou-se que embora a polarização da discussão entre o “individualismo metodológico” e o “estruturalismo” pareça superada, a confluência de agente e estrutura recorrida pela abordagem da Estruturação não fornece um panorama ontológico e epistemológico capaz de nortear pesquisas que se proponham a avaliar a evolução histórica de sistemas políticos internacionais. Em seguida, sugeriu-se que as categorias propostas pelo Realismo Científico se apresentam como uma alternativa profícua para a progressão desse debate. Por fim, exemplificou-se o argumento por meio da análise do modelo de análise presente na obra de Victoria Tin-Bor Hui (2005). O quadro abaixo sintetiza as quatro perspectivas ontológicas avaliadas e suas influências nas Teorias das Relações Internacionais:

Quadro 1 – Perspectivas Ontológicas sobre o Problema Agente–Estrutura

<i>Perspectiva Ontológica</i>	<i>Premissas</i>	<i>Entidade Determinante</i>	<i>Influência nas Relações Internacionais</i>
Individualismo	Estrutura é epifenômeno da soma dos atributos e comportamentos de seus agentes.	Agente	Russett e Starr, 2000; Ray, 1997
Estruturalismo	Estrutura constribe e seleciona os comportamentos.	Estrutura	Waltz, 1979
Estruturação	Agente e estrutura são entidades ontologicamente inextrincáveis.	Mutuamente constituídos.	Wendt, 1999
Realismo Científico	Agentes e estrutura são inter-relacionados, porém irreduzíveis.	Depende do recorte temporal da análise.	Hui, 2005; Friedman e Starr, 1998

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa perspectiva, considera-se que a especificação do conceito de mecanismos causais, bem como a incorporação da perspectiva temporal aos modelos lógicos das teorias de Relações Internacionais são perspectivas ontológicas e teóricas que merecem ser perseguidas. Entende-se que tal agenda de pesquisa pode ser buscada por meio do estudos histórico-comparativos de mecanismos que atuaram e produziram resultados distintos em sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e estados.

Além disso, salienta-se que o problema agente-estrutura não possui apenas implicações teóricas, mas também consequências normativas relevantes. Por exemplo, a abordagem defendida neste artigo sugere a impossibilidade do estabelecimento de um modelo ideal de

estado. De fato, não há organizações políticas ideais, mas sim desenhos institucionais que se adequam a objetivos e ambientes contextuais distintos. Embora a sobrevivência do estado seja uma condição habilitadora para qualquer outro desígnio, a busca por essa finalidade deverá estar em sincronia com os demais objetivos políticos definidos pelos agentes dos sistemas políticos nacionais. Portanto, na medida em que a forma pela qual os estados optam para enfrentar a competição internacional afeta o modo como eles tributam, em que valores culturais eles se legitimam e quais grupos eles favorecem, a agenda de pesquisa que se debruça sobre os requisitos necessários para a “defesa do estado” deve ser indissociável de discussões sobre “para que(m) serve o estado”.

Referências

- Abbott, R. (2006). ‘Emergence Explained: Abstractions’. *Wiley Periodicals*, 12(1), pp. 13–26.
- Archer, M. (1996). ‘Social Integration and System Integration: developing the distinction’. *Sociology*, 30(4), pp. 679–699.
- Bertuglia, S e Vaio, F. (2005). *Nonlinearity, Chaos, and Complexity: the dynamics of natural and social systems*. New York: Oxford University Press.
- Bhaskar, R (2008). *A Realist Theory of Science*. New York: Routledge.
- Braumoller, B (2012). *The Great Powers and International System: an empirical systemic theory perspective*. New York: Cambridge University Press.

Buzan, B; Jones, C; Little, R. (1993) *The Logic of Anarchy: neorealism to structural realism*. New York: Columbia University Press.

Cepik, M e Brancher, P. (2017). 'Structure and Agency in International Relations: State-Building and the Evolution of the International Political System'. *Austral*, 6(11), pp.33-55.

Friedman, G e Starr, H. (1997) *Agency, Structure, and International Politics: From ontology to empirical inquiry*. London: Routledge.

Giddens, A. (1979) *Central problems in social theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis*. Los Angeles, CA: University of California Press.

Hay, C. (2006). 'Political Ontology', in: Tilly, C; Goodin, R. (eds.). *Oxford Handbook of Contextual Analysis*. New York: Oxford University Press, pp.78-97.

Hui, V. (2005). *War and state formation in ancient China and early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jaccard, J e Jacoby, J. (2009). *Theory Construction and Model-Building Skills. A Practical Guide for Social Scientists*. New York: The Guilford Press.

Keohane, Robert; Martin, Lisa. (1995) 'The Promise of Institutional Theory'. *International Security*, 20(1), pp. 39–51.

Krasner, S. (1982). 'Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables'. *International Organization*, 36 (2), pp. 185–205.

Layne, C. (2012). 'This Time is Real: the end of the unipolarity and the pax americana'. *International Studies Quarterly*, n. 56, pp. 203–215.

Maturana, H e Varela, F. (2011). *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano*. São Paulo: Palas Athena.

Mearsheimer, J. (2000). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York, Norton.

Ray, J. (1997). 'The Democratic Path to Peace'. *Journal of Democracy*, 8(2), pp. 49–64.

Reis, B. (2003) 'O Mercado e a Norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(52), pp.58-77.

Russett, B & Starr, H (2000). 'From Democratic Peace to Kantian Peace: Democracy and Conflict in the International System', in: Midlarsky, M (ed.): *Handbook of War Studies*. Ann Arbor: University of Michigan.

Tilly, C e Goodin, R. (2006) 'It Depends', *in*: Tilly, C e Goodin, R (eds.). *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press.

Vasconcellos, M. (2013) *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.

Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Reading, Mass: Addison-Wesley Publishing Company.

Wendt, A. (1992). 'Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics'. *International Organization*, 46(2), pp. 391–425.

Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. New York: Cambridge University Press, 1999.

Wendt, A. (1987) 'The agent-structure problem in international relations theory'. *International Organization*, 41(3), pp. 335–370.

Wohlforth, W; Kaufman, S e Little, R (2007) *The Balance of Power in World History*. New York, NY: Palgrave Macmillan.